

**Campus  
Central**  
UnU - Luziânia



**Universidade  
Estadual de Goiás**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO GOIÁS  
CAMPUS CENTRAL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE LUZIÂNIA  
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

ELSON CARLOS BATISTA SORATA

**A MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO: realidade, desafios e  
políticas públicas**

LUZIÂNIA – GO  
2023

ELSON CARLOS BATISTA SORATA

**A MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO: realidade, desafios e  
políticas públicas**

Trabalho de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração, pela Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Luziânia, sob orientação do professor Dr. Jorge Manoel Adão.

LUZIÂNIA – GO  
2023

ELSON CARLOS BATISTA SORATA

**A MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO: realidade, desafios e políticas públicas**

Aprovado em\_\_\_\_, de\_\_\_\_\_, de\_\_\_\_\_, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

---

Prof. Dr. Jorge Manoel Adão – Orientador

---

Prof. Mestre Clawdemir Feitosa e Silva – Avaliador

---

Profa. Mnda. Ana Cláudia Souza Vortmann – Avaliadora

Dedico este trabalho de curso a Deus, por me ajudar a chegar até aqui e me forneceu todos os dias métodos e pensamentos positivos para não desistir e alcançar esse tão esperado momento. Não menos importante, dedico a minha família e amigos que sempre me apoiaram em tudo que eu colocava como foco.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por orientar meus caminhos e me dar forças todos os dias. Aos meus pais pelo amor e carinho incentivo e apoio em todas as situações. Não foi fácil chegar até aqui, mas cheguei. Quero agradecer em especial ao meu orientador Prof. Dr. Jorge Manoel Adão, uma pessoa de luz e compreensível. Me auxiliou em tudo, me mostrando o caminho certo para chegar até a conclusão desse TC. Sempre presente e disposto do início ao fim desse trabalho, agradeço por ser tão comprometido em tudo que faz e ainda por cima sempre fiel em tudo que foi imposto para ser desenvolvido, fazendo sempre as correções necessárias para uma entrega com sucesso.

Não poderia deixar também de agradecer aos meus colegas de classe que juntos fomos fortes e conseguimos realizar mais uma meta e conseqüentemente a todos os professores que foram fundamentais para o nosso crescimento intelectual e profissional.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

O presente estudo discute sobre “A mulher negra no mercado de trabalho: realidade, desafios e políticas públicas”. É uma pesquisa qualitativa. O objetivo geral é investigar em nível acadêmico-científico, a realidade, os desafios e as políticas públicas implementadas para a Mulher Negra no mercado de trabalho; e, objetivos específicos: (a) fazer uma contextualização histórica sobre a Mulher Negra e o Trabalho, desde o regime escravista; (b) explicitar a presença e a resistência da Mulher Negra, a partir do Movimento Negro brasileiro; (c) fazer uma abordagem teórica sobre conceitos e entendimentos específicos e correlatos da temática; (d) e, descrever e analisar a situação atual da Mulher Negra no Mercado de Trabalho, políticas e desafios. A metodologia utilizada na realização desta investigação foi a pesquisa bibliográfica. Os resultados ficaram evidenciados que a mulher negra ainda não se encontra exercendo papéis em níveis de chefias altos e muito menos com salários iguais aos das pessoas brancas, e isso se diz muito por seu gênero e raça. Pois conforme pesquisa e dados retirados do departamento intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos DIESSE (2022), 55,8% da sociedade é negra e que quando se trata de mulher apenas 2,1% das mulheres negras exercem papéis de chefia, enquanto 4,7% são ocupados por mulheres brancas. Com esse resultado fica notório o quanto a mulher negra sofre essa diferença na sociedade, sendo negra e sendo mulher. Essa realidade está sobre nossos olhos, só basta observarmos ao nosso redor e notaremos essa falta que existe no mercado de trabalho de mulher e mulheres negras executando cargos altos e de maiores valores.

**Palavras-chave:** mulher negra; mercado de trabalho; situação atual.

## ABSTRACT

The present study discusses “The black woman in the labor market: reality, challenges and public policies”. It is a qualitative research. The general objective is to investigate, at an academic-scientific level, the reality, challenges and public policies implemented for Black Women in the labor market; and, specific objectives: (a) to make a historical context about Black Women and Work, since the slave regime; (b) make explicit the presence and resistance of Black Women, based on the Brazilian Black Movement; (c) make a theoretical approach on specific and related concepts and understandings of the theme; (d) and, describe and analyze the current situation of Black Women in the Labor Market, policies and challenges. The methodology used in carrying out this investigation was bibliographical research. The results showed that black women are still not playing roles at high levels of leadership, much less with salaries equal to those of white people, and this is said a lot by their gender and race. Because according to research and data taken from the inter-union department of statistics and socioeconomic studies DIESSE (2022), 55.8% of society is black and that when it comes to women, only 2.1% of black women exercise leadership roles, while 4, 7% are occupied by white women. With this result, it is clear how much the black woman suffers from this difference in society, being black and being a woman. This reality is in front of our eyes, we just need to look around us and we will notice the lack of women and black women in the job market holding high positions and of greater value..

**Keywords:** black woman; labor market; current situation.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONTEXTO HISTÓRICO.....</b>	<b>12</b>
1.1	Resistências e lutas .....	14
1.2	Movimento negro.....	17
<b>2</b>	<b>ABORDAGEM TEÓRICA E CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA.....</b>	<b>20</b>
2.1	Conjuntura atual da mulher negra no Brasil no mercado de trabalho .....	21
<b>3</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER NEGRA E DESAFIOS .....</b>	<b>27</b>
3.1	Políticas públicas negro-femininas e mercado de trabalho .....	28
3.2	Desafios .....	30
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>33</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>
	<b>ANEXO A - DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE .....</b>	<b>37</b>



## INTRODUÇÃO

Quando se trata de menor índice de ocupação em cargos de chefia e maior participação em trabalhos sem carteira assinada no mercado de trabalho, é notório em seu ambiente interno um percentual muito alto de pessoas negras, em especial do gênero feminino, segundo estudo do departamento intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos (DIESSE). (IBGE, 2022). Nota-se que há um grande prejuízo na construção das identidades de mulheres, a qual suas marcas de pertencimento são historicamente atreladas a um estereótipo negativo; pois, essas mulheres negras brasileiras, descendentes das mulheres negras africanas, que foram escravizadas, estão submetidas a um patamar de desigualdade muito inferior. E, levando em pauta que o Brasil é o país que concentra o maior percentual de população negra fora da África, sendo 55,8% da população brasileira segundo dados do IBGE (2022).

Em outras palavras nota-se que essa proporção não se mantém ao acesso no mercado de trabalho, principalmente quando se baseia em relação a mulher negra. Com base neste contexto, nos propomos analisar e refletir sobre essa situação, a qual a mulher negra se encontra no mercado de trabalho, tendo ela passado por questões históricas pautadas pelo patriarcado e pelo racismo.

No entanto, vale ressaltar que as mulheres brancas sofrem as opressões de gênero, sendo que as mulheres negras sofrem as opressões de raça e gênero. Essa situação faz com que a mulher negra encontre grandes desafios no mercado de trabalho, seja por ser mulher e ainda por ser negra. Em outras palavras, discriminação e o racismo são fatores predominantes na sociedade brasileira, que afetam e, automaticamente, se tornam um forte impacto à inserção e à inclusão dessas mulheres no mercado de trabalho; as deixando em um estado de não valorização e com seu histórico submetido.

Diante deste contexto, acima citado, o presente Trabalho de Curso (TC) possui como problema de pesquisa a seguinte questão: como está a conjuntura atual e quais os desafios da Mulher Negra no Mercado de Trabalho brasileiro.

O objetivo geral da presente pesquisa consiste em investigar, em nível acadêmico-científico, a realidade, os desafios e as políticas públicas implementadas para Mulher Negra no Mercado de Trabalho. E, como objetivos específicos: (a) fazer uma contextualização histórica sobre a Mulher Negra e o Trabalho, desde o regime

escravista; (b) explicitar a presença e a resistência da Mulher Negra, a partir do Movimento Negro brasileiro; (c) fazer uma abordagem teórica sobre conceitos e entendimentos específicos e correlatos da temática; (d) e, descrever e analisar a situação atual da Mulher Negra no Mercado de Trabalho, políticas e desafios.

O presente texto de Trabalho de Curso (TC) possui como referencial teórico, em especial: Mulheres Negras: histórias de resistência, de coragem, de superação e sua difícil trajetória de vida na sociedade brasileira, de Alves (2021); mulher e negra: dupla vulnerabilidade para o mercado de trabalho? de Botelho (2022); O lugar da mulher negra no mercado de trabalho, de Fernandes (2018); Desigualdade racial: a discriminação da mulher negra no mercado de trabalho, de Santos (2019); a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN- nº 9.394, de 1996; a Declaração de Salamanca, de 1994; a Lei 12.764, de 2012; e, a Lei nº 13.146, de 2015.

Este estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica e teórica, segundo Severino (2016), a pesquisa bibliográfica utiliza-se de categorias teóricas e de dados que já foram utilizados por outros pesquisadores e apropriadamente registrados. Com isso o pesquisador trabalha a partir das subvenções dos autores dos estudos analíticos permanentes dos textos.

Segundo Marconi e Lakatos (2016), a pesquisa bibliográfica tem como finalidade conciliar o pesquisador em um contato direto com base em tudo que já redigido sobre algum determinado assunto. No entanto, a pesquisa bibliográfica não é uma inalterada reiteração ou repetição do que já foi dito ou escrito sobre um determinado assunto, tendo como princípio tornar esse tema em um novo quadro de abordagem, trazendo novos conceitos e conclusões inovadoras.

Levando em pauta todos esses argumentos é necessária essa contribuição de pesquisa não só para a academia, mas para a sociedade em geral. Pois, apesar dos projetos conservadores existentes que querem retirar e retroceder os direitos impostos, as mulheres negras são parte fundamental para essa inclusão na sociedade. E que de fato ainda é notório que é necessário construir uma nova sociedade, sendo ela inclusiva e mais coerente. Assim é de suma importância construir projetos políticos de sociedade, para que aconteça nesse meio um espaço mais justo e coerente; tornando a mulher negra protagonista nesse processo de luta e reconhecimento. Isso fará com que a sociedade em si tenha olhares igualitários independente de raça ou gênero, e que se baseie em profissionalismo, deixando de lado esse estereótipo de mulher e de mulher negra em segundo plano.

No entanto, a fome, a pobreza e o desemprego são fatores predominantes, a qual a sociedade designa para as mulheres negras, com um olhar de incapacidade, quando se trata de valores. Esses artefatos são constantemente presentes entre eles. Uma vez que o racismo tem um peso maior sobre as mulheres negras, e essa luta de resistência só vai mudar na sociedade quando houver muita garra para enfrentar esse modelo que é imposto sobre suas costas.

Enfim, o presente trabalho de Curso – acompanhado de Introdução, Considerações finais, Referências e Anexo - está organizado em três capítulos: No primeiro capítulo é realizado um contexto histórico sobre as desigualdades sociais e a sociedade escravista; abordando um pouco sobre como foi todo o processo. Logo em seguida será levantado pautas de resistências e lutas que as escravas vivenciavam na sociedade escravista e como o movimento negro surgiu no Brasil durante o período da escravidão. No segundo capítulo é realizada uma abordagem teórica e conjuntural contemporânea sobre a segregação do povo negro, em especial da mulher negra, mostrando essa desigualdade de gênero e raça que são impostas sobre a mulher negra. Também traz uma conjuntura atual da mulher negra no Brasil no mercado de trabalho; mostrando a diferença que existe na sociedade quando se trata de posições importantes que muitas vezes a mulher negra é deixada de lado. Diante disso, no terceiro capítulo são contextualizadas as políticas públicas para a mulher negra e seus desafios, levantando bases de vulnerabilidade da condição da mulher negra, seja ela no mercado de trabalho como também os desafios enfrentados.

## 1 CONTEXTO HISTÓRICO

O estudo sobre as desigualdades sociais abarca necessariamente a compreensão do processo de estratificação social e seus mecanismos de produção e reprodução. Assim sendo, as dimensões de raça e gênero se configuram como marcadores sociais chave na hierarquização das posições que os sujeitos ocupam nessa estratificação. É nesse sentido que as desvantagens historicamente observadas penetram a estrutura de classes de modo a atualizar discriminações e manter "segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas" (GONZALEZ, 1988, p. 730).

Refletir sobre a cultura negra é considerar as lógicas simbólicas construídas ao longo da história por um grupo sociocultural específico: os descendentes de africanos escravizados no Brasil. Se partirmos do pressuposto de que o nosso país, hoje, é uma nação miscigenada, diríamos que a maioria da sociedade brasileira se encaixa nesse perfil; ou seja, uma grande parte dos brasileiros pode se considerar descendente de africanos. Porém, refiro-me aqui ao grupo étnico-racial classificado socialmente como negro. Vale ressaltar que a sociedade escravista do século XIX foi palco de lutas, resistências e de interesses escusos. Lugar onde submissão e obediência camuflavam estratégias de resistências que garantiam a sobrevivência de mulheres e homens negros. O ideal racista no Brasil se caracteriza hoje pelo chamado processo de "mestiçagem", que se caminha em direção ao padrão do homem branco: negro, mulato, moreno, branco. No âmbito cultural, esse "caminho ideal" se caracteriza por processo similar. Religião negra, espiritismo, "catolicismo popular" ou "sincretismo", catolicismo apostólico romano (LUZ, 1993, p. 180).

A sociedade escravista era estruturada de forma bastante rígida e cada indivíduo ocupava um lugar para ele determinado, e vale lembrar que, o que permitia essa diferenciação social era a condição do indivíduo; mas é necessário também ressaltar que a cor da pele era um requisito muito importante para definição dessa hierarquia no século XIX. Hierarquia essa que colocava de um lado: os brancos, e do outro, os negros e indígenas considerados inferiores. Inseridos nesse contexto estão às mulheres negras escravas, que sem dúvida estavam colocadas em um nível social inferior, tanto por ser mulher, como por ser negra e também escrava. Ser mulher, e ser escrava dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa, opressora e sexista, é reunir todos os elementos favoráveis à exploração, tanto econômica quanto

sexual, e também ser o alvo de humilhações da sociedade nos seus diferentes segmentos (GIACOMINI 1988, p. 26).

Durante o século XV, os portugueses realizaram um périplo africano, conhecendo a costa do continente, colonizando ilhas e realizando comércios. Até que, em 1500, os primeiros portugueses chegaram na América, início da colonização e o primeiro contato com os povos nativos, chamados genericamente de índios. Assim, os grupos étnicos que aqui viviam estabeleceram relações comerciais com os portugueses. Mas, com o passar do tempo e com a expansão europeia na América, os próprios nativos passaram a ser escravizados. Com um extenso território, poucos colonizadores e muitas oportunidades de lucro, os europeus logo impuseram a escravidão aos nativos como uma forma de superar violentamente os obstáculos da colonização. No entanto, essa tentativa inicial de escravidão não se expandiu tanto quanto a escravidão negra africana, por alguns motivos, como: o genocídio de diversas etnias pelo contato com os portugueses, o que dificultou a busca por mão de obra; a dificuldade em adaptar os nativos ao sistema de *plantation*, pois esses conviviam apenas com a subsistência; a intervenção da igreja católica e da coroa portuguesa; a resistência dos nativos que conheciam melhor o território, podendo lutar, fugir e se esconder; e o lucro muito maior que os portugueses conseguiam com o tráfico de africanos para o Brasil (SILVA, 2008).

Assim como a escravidão indígena não gerou os rendimentos e o trabalho esperado pelos portugueses, ela continuou sendo utilizada ao longo dos séculos, mas de maneira bem menos intensa. Logo, uma forma alternativa de escravidão passou a ser muito mais explorada, gerando grandes lucros aos portugueses: a escravidão africana. O trabalho compulsório já existia na África, principalmente como espólios de guerras. No entanto, a escravidão que os europeus impuseram aos africanos contou com características e dimensões únicas. A relação com o mercantilismo e com a desumanização dos negros teve como consequência o sequestro de milhões de pessoas que foram trazidas para a América em navios negreiros e vendidas para colonos escravocratas. Além disso, os lucros que esse mercado conseguia eram gigantescos, inclusive sendo fundamental para muitas relações comerciais internacionais, sobretudo entre o Brasil, Caribe, 13 Colônias, África e Europa. Desta forma, milhões de pessoas foram retiradas de suas terras natais e levadas para a América, onde perderam seus nomes, suas culturas, suas identidades e se tornavam um mero produto à venda. Após serem comprados, esses negros e negras de diversos

idades, etnias e troncos linguísticos eram levados para trabalhos braçais no campo ou nas cidades. Inicialmente, nos séculos XVI e XVII, os africanos e seus descendentes foram largamente utilizados nos engenhos. Eram a força que movimentava a exploração do açúcar da colônia (DE SOUZA, 2017).

Nesses casos, os escravizados eram propriedades particulares dos senhores de engenho, e forçados a viverem nas senzalas, em condições precárias de vida, enquanto a família do senhor vivia na Casa-grande, beneficiada pelos lucros do trabalho escravizado. Posteriormente, no entanto, as escravizadas também passaram cada vez mais a serem utilizados nos centros urbanos, como mão de obra nas minas de ouro ou realizando afazeres domésticos e comerciais para as famílias mais ricas. Seja no campo ou na cidade, esses escravizados foram vítimas de um sistema cruel, que desumanizou milhões de pessoas e condenou o futuro de um país a problemas graves, como a desigualdade, a miséria e o próprio racismo (DE SOUZA, 2017).

### **1.1 Resistências e lutas**

A escrava foge dos princípios que norteiam as relações familiares da sociedade escravocrata, diferentemente das mulheres da classe dominante à sexualidade da escrava não se enquadrava nos parâmetros ideológicos da família branca, não está voltada a procriação e nem a reprodução. São inúmeros os casos de negligência e de descaso dos senhores, no que se refere a questão e tratamento da reprodução das escravas visto que quando grávidas não dispunham, ou melhor, não lhes eram concedidas nenhuma condição por mínima que fosse para que houvesse um melhor desenvolvimento do feto. Na realidade o que interessava aos senhores era explorar a força produtiva de seus escravos, sem se importar se era homem ou mulher, o que importava era o produto do trabalho de ambos. Assim, uma mulher negra grávida era mantida desenvolvendo trabalho compulsório e com respeito aos filhos, a essa nenhuma importância era dada já que aos olhos do senhor eram antieconômicos; e, não são raros os relatos de abandono de crianças por representarem uma despesa a mais para os senhores e também motivo para que a mãe negra passasse a desempenhar com menor intensidade suas tarefas, visto que teria de dedicar-se ao filho (DA PENHA SILVA, 2010).

Penetrar em um universo de quem já teve a experiência de ter passado em um momento delicado e ter sua identidade inviabilizada, em um período de extrema opressão à população negra, torna a destacar suas ações de resistência ao sistema.

Entretanto, a década de 1980 foi o período que se iniciou uma nova fase sobre pesquisas acerca da escravidão, são fundamentais levantar diversos temas que abordem essa relação às vivências de mulheres negras, e que se obteve um papel fundamental para esse desempenho dentro desse contexto. Com base nisso, é de suma importância entender e compreender as experiências que as mulheres negras escravizadas passaram e questionar quando se trata de desenvolver assuntos a respeito da história da escravidão. Pois, suas experiências, suas estratégias de sobrevivência e de mobilidade social torna possível e compreensível que a história das mulheres seja vislumbrada num aspecto mais amplo.

Além disso, é importante termos uma forma de se apreender, com o máximo rigor possível, as ambiguidades que atravessam as experiências das mulheres negras, escravas ou libertas, num contexto social que as oprimia, tendo em sua análise de que as mulheres negras estavam presentes na sociedade escravista tanto na condição de escrava quanto de liberta e livre com demandas específicas e maneiras próprias, dada sua condição naquele quadro social. No entanto, a sociedade escravista do século XIX foi um parâmetro de resistências, lutas e de interesses ocultos; onde a obediência e a submissão escondiam e camuflavam estratégias de resistência que dava um poder de garantia de sobrevivência a essas mulheres negras. A sociedade escravista tinha uma estrutura de forma muito rígida e cada indivíduo ocupava um lugar para ele determinado, e vale ressaltar que, o que permitia essa especificação social era a condição do indivíduo, mas é importante também ressaltar que a cor da pele era um requisito muito importante para definição dessa hierarquia no século XIX. Hierarquia essa que colocava de um lado os brancos, e do outro, os negros e indígenas considerados inferiores. Inseridos nesse contexto estão às mulheres negras escravas, que sem dúvida estavam colocadas em um nível social inferior, tanto por ser mulher, como por ser negra e, também escrava. Ser mulher e ser escrava dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa, opressora e sexista, é reunir todos os elementos favoráveis à exploração, tanto econômica quanto sexual, e também ser o alvo de humilhações da sociedade nos seus diferentes segmentos (GIACOMINI, 1988, p. 26).

Até hoje, os descendentes de pessoas escravizadas sofrem com as feridas que continuam abertas há mais de 300 anos. Mas, assim como esses descendentes ainda hoje lutam contra tais problemas, a resistência também foi uma palavra fundamental para esses escravizados. Desde os primeiros grupos que aqui chegaram, no século XVI, até os escravizados no século XIX, essas pessoas oprimidas jamais aceitaram suas condições. Foram diversas as ferramentas e estratégias de resistência ao longo dos séculos, como as fugas, a formação de quilombos, as revoltas contra escravocratas, a manutenção de suas identidades e culturas originais, o enriquecimento e a compra de alforrias (SANTOS, 2018).

Os quilombos, de fato, formaram os principais núcleos de resistência, pois permitiam não só uma vida livre das opressões do engenho, como a possibilidade de os negros retomarem suas práticas culturais como na África. Por conta disso, muitos desses quilombos possuem estruturas matriarcais e mulheres em posições de liderança, como Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela e Mariana Crioula. Graças às lutas protagonizadas pelos escravizados no Brasil, podemos destacar a construção de uma outra resistência, que foi o movimento abolicionista (SANTOS, 2018).

O abolicionismo foi uma campanha internacional fundamental para a luta contra a escravidão. Desde os tempos de colonização, movimentos liderados principalmente por negros, como a Conjuração Baiana, já defendiam o fim desse sistema escravocrata. No entanto, foi apenas no século XIX que esse debate passou a se aprofundar nas esferas institucionais, ganhando amplo apoio popular. Inicialmente, a Inglaterra já pressionava o governo brasileiro pela abolição, chegando a criar a Lei Bill Aberdeen, em 1845, impedindo a circulação de navios negreiros pelo Oceano Atlântico. Já em 1850, o próprio parlamento brasileiro aprovou a Lei Eusébio de Queiroz, que proibiu o desembarque de africanos escravizados nos portos brasileiros. Assim, nesse cenário, o abolicionismo passou a crescer entre homens e mulheres, recebendo o apoio de grandes políticos, como José do Patrocínio e Joaquim Nabuco; e de intelectuais, como Luís Gama, André Rebouças e a autora Maria Firmina dos Reis. Além disso, a continuidade das fugas e das revoltas construíam um cenário de forte pressão sobre o parlamento e os escravocratas brasileiros, desencadeando um lento processo de abolição. Aos poucos, Leis como a do Sexagenário de 1885, do Ventre Livre de 1871 e a própria Lei Áurea, em 1888, pavimentaram o fim do sistema escravocrata. No entanto, antes mesmo da Lei Áurea ser assinada, muitos



escravizados já se libertavam, graças às compras de alforria por abolicionista e pelas próprias lutas. Um dos casos mais marcantes foi o fim da escravidão no Ceará, em 1882, após uma rebelião liderada pelo jangadeiro Chico da Matilde (SANTOS, 2018).

A escravidão no Brasil, seja de negros ou de nativos, deixou sérios problemas para o país. Pela forma como se enraizou na nossa estrutura social e pela sua crueldade, sofremos com suas heranças até hoje. Entretanto, esse sistema chegou ao fim longe da forma pacífica, mas por consequência de muita luta e resistência dos próprios negros através dos séculos. Por isso, é tão importante destacar o seu protagonismo.

Nos anos finais do século XX, se torna um problema de saúde pública a violência contra a mulher, que é reconhecida tanto pelas associações profissionais quanto pelo movimento feminista, organizações internacionais e serviços de saúde. Essa constatação ocorreu a partir de um direcionamento de que a violência de gênero está vinculada a uma sequência maior de agravos da saúde mental e física, além do uso mais frequente dos serviços de saúde e do trauma físico direto. A realidade socioeconômica brasileira deixa em evidência uma proporção racial em que grande parte da população negra permanece em situação de exclusão, e quando se diz respeito a situação da mulher negra, se torna ainda mais grave; ou seja, as desigualdades para as mulheres negras são intensificadas pelas discriminações que elas sofrem, delimitando as possibilidades de inclusão social. Assim, há um agravamento das violências quando a mulher é negra, que se baseia pelo racismo que gera outras violências adicionais. Infelizmente, ser mulher e ser negra no Brasil significa ainda está posta num ciclo de marginalização e discriminação social e racial. Isso nada mais é que um resultado do nosso processo histórico de formação da sociedade brasileira, que necessita de um olhar mais nobre com a finalidade de encontrar soluções propícias para a mulher negra (SANTOS, 2018).

Assim, a mulher negra, tem de abraçar grandes desafios encontrados para superar as diversas dificuldades que se impõem na procura da sua cidadania. E nesse percurso são poucas as mulheres que conseguem subir e se ascender na sociedade.

## **1.2 Movimento negro**

O movimento negro começou a surgir no Brasil durante o período da escravidão, para defender-se das violências e injustiças praticadas pelos seus

senhores, os negros escravizados se uniram para buscar formas de resistência. Ao longo dos anos o movimento negro se fortaleceu e foi responsável por diversas conquistas dessa comunidade, que por séculos foi injustiçada; e cujo os reflexos das políticas escravocratas ainda estão visíveis na sociedade atual. O movimento negro é o nome dado a um dos movimentos sociais mais importantes do Brasil, e é composto de vários coletivos que lutam contra a discriminação, a falta de oportunidade e de ascensão social nesse país. Algumas pessoas acreditam que exista uma perseguição dentro do movimento negro, como se fosse uma entidade que manda prender ou criar pautas de si mesmo, para calar indivíduos. O movimento negro é um dos maiores movimentos sociais do mundo que luta pela igualdade de direitos entre negros brancos e também contra o racismo (HISTÓRIA, 2020).

O movimento negro é marcado principalmente pela escravização dos povos africanos em diversos países, e, desde o século IX, busca se defender das violências e injustiças praticadas pela sociedade. No Brasil, o movimento negro surge já no período escravagista, e Zumbi dos Palmares foi um dos líderes mais conhecidos da história do nosso país, e um dos grandes símbolos da luta dos negros e dos africanos contra a escravidão. O mesmo ocorreu em outros países da América, como nos Estados Unidos da América e no continente africano (HISTÓRIA, 2020).

As consequências da escravidão deixaram marcas profundas na sociedade, de forma que ainda hoje conseguimos perceber o racismo muito presente na nossa rotina. Mas foi principalmente após a abolição da escravatura que a população negra se iniciou neste desafio de buscar o seu espaço na sociedade. Com o tempo o movimento ganhou novas influências e referências como Rosa Parks, Ângela Davis, Luther King e Nelson Mandela. Um outro marco importante para a história do movimento negro foi o partido político norte-americano denominado as Panteras Negras (Black Panthers), na década de 1960. Estes, surgiram como um grupo voltado ao combate contra a violência policial com a população negra, suas ações ganharam força a partir de um plano e 10 pontos que incluiu: demandas por liberdade; habitação; emprego; educação e entre outros objetivos com foco na assistência social de comunidades negras (HISTÓRIA, 2020).

Aqui no Brasil um grande momento histórico para a formação das comunidades negras foi a Guerra de Canudos, que aconteceu entre os dias 7 de novembro de 1896 e 5 de outubro de 1897; ocorrida na comunidade baiana de Arraial de Canudos, a qual se tornou um refúgio dos povos miseráveis e marginalizados da

região local. Este território baiano foi ocupado após a instauração da república e sofreu diversos ataques de tropas republicanas sendo até hoje considerado o maior movimento de resistência à opressão dos grandes proprietários rurais do País. Após o encerramento da guerra, com um completo massacre da comunidade, os ex-moradores de Canudos foram despejados na cidade do Rio de Janeiro; e, unido aos ex-escravos da região, passaram a se concentrar em cortiços, e foi assim que se iniciou a história do Morro da Favela, atual Morro da Providência na capital carioca: uma das primeiras favelas do País e uma das primeiras grandes concentrações de negro após a abolição da escravatura. Todas essas histórias contextualizam a realidade do racismo tão instalado na sociedade; assim, o movimento negro luta diariamente pela compensação por todos os anos de trabalho forçado, pela falta de inclusão social sofrida, desde a época da escravidão e pela aceitação e respeito à cultura e herança histórica (HISTÓRIA, 2020).

Lembramos que as etnias africanas têm grandes influências na cultura mundial, uma vez que a África é o berço da humanidade e um continente com muitas riquezas, todas as referências se deve a matriz africana e foi praticada aos vários países do mundo, e que tiveram a escravidão como parte de suas histórias. O tráfico negreiro delineou a identidade africana nas Américas, que resultou em uma mesclagem cultural, que hoje vemos na dança, como a Capoeira; nas religiões, como o Candomblé e Umbanda e na culinária entre outros. A batalha pela igualdade racial ainda tem uma longa jornada, mas a cada pequeno passo mostramos a importância da cultura africana para o mundo.

## 2 ABORDAGEM TEÓRICA E CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA

Historicamente, a mulher negra foi introduzida em um contexto de extrema inferioridade, a qual legitimou as opressões contra seu gênero e a cor da sua pele. Esse entrelaçamento de opressões se torna presente e indica que a mulher negra não foi oprimida apenas em relação ao masculino, mas também, em relação às mulheres brancas. Considerando o passado histórico que denuncia a segregação do povo negro aos locais mais vulneráveis da sociedade, às classes sociais consideradas mais baixas, soma-se também a opressão de classe, muito presente quando se trata da precarização dos corpos negros. Essas desigualdades de gênero, étnico-raciais e de classe se tornaram enraizadas em uma sociedade norteada pela dominação masculina, advinda de um sistema qual possui convergências entre o capitalismo e o patriarcado, sistema que promoveu o silenciamento das demandas das mulheres negras e, automaticamente, impediu a reivindicação de direitos específicos a sua condição (BOTELHO, 2022).

Fazendo um panorama em relação às mulheres, independentemente de sua cor, as suas representações foram orientadas por uma desqualificação como indivíduo detentor de direitos. As ideologias dominantes colocaram-nas em uma posição subalterna e secundária, não só nas relações domésticas propriamente ditas, como, sobretudo, nas relações sociais, políticas, econômicas e trabalhistas. A dificuldade histórica da mulher, notadamente da mulher negra, em inserir-se no espaço público e encaixar-se na sociedade, em obter cargos de liderança e as próprias discrepâncias salariais entre os gêneros foram motivadas pela estrutura social patriarcal imposta. As constantes manifestações e lutas em busca de direitos são o maior reflexo da cultura discriminatória enraizada em âmbito global (BOTELHO, 2022).

A Constituição da República, de 1988, viabilizou meios de formalizar a igualdade entre todos, independentemente de sexo, raça, religião, dogmas e afins; criando, inclusive, exceções no tratamento dos indivíduos para instrumentalizar a materialização da igualdade entre os diferentes no que toca ao acesso à cidadania, que envolve o exercício efetivo e amplo dos direitos humanos, coibindo, por exemplo, a desigualdade racial, inclusive com a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial (1989). Contudo, a cultura do domínio pelo homem branco na sociedade ainda impõe barreiras ao acesso da mulher negra no mercado de trabalho. No Brasil, o tema da desigualdade racial vem sendo fortemente discutido, não apenas nos âmbitos públicos

e acadêmicos, mas também como preocupação do Estado, adjacente à construção de novas iniciativas a fim de assegurar a efetiva democracia racial. Para tanto, são necessárias a intervenção estatal e a criação de políticas públicas voltadas para a desconstrução dessas formas de opressão e, então, a posterior construção de alternativas capazes de ressignificar a condição das mulheres negras na sociedade (BOTELHO, 2022).

A evolução que está ocorrendo na Argentina e no Uruguai, notadamente, na efetivação de políticas públicas de garantia e proteção aos direitos das mulheres, representa um marco civilizatório naqueles países e deveria servir de exemplo para outros países da América Latina, entre eles, o Brasil. Para falar sobre a presença e a ausência da mulher negra na História do Brasil, é preciso fazer uma reflexão sobre escravidão, preconceitos, mas também de potência, luta e resistência presentes nos eventos que constituíram nosso país. A professora de História da Universidade Estadual da Paraíba e do Uniesp Centro Universitário, Márcia Albuquerque, lembra que a mulher negra enfrenta um duplo desafio, ser mulher e ser mulher negra. “Ser mulher no Brasil já é sinônimo de desafio, de luta por sobrevivência.

Os números são alarmantes em termos de violência contra a mulher nos mais variados formatos, sem falar nos números de feminicídio. Como mulher somos inferiorizadas profissionalmente e intelectualmente como se fossemos incapazes de criar nossos próprios caminhos. Quando se trata da mulher negra, esse quadro se agrava, uma vez que vivemos em um país que não reconhece sua diversidade étnica e nem valoriza. As desigualdades sociais e a pobreza em nosso país têm “cor”, afirmou (MAIA, 2022).

Para compreender isso, basta fazer uma análise simples. Olhe ao redor do seu ambiente de trabalho e identifique quantas pessoas negras ocupam o mesmo cargo ou superior ao seu, em posições que não as de serviço ou limpeza. Quantas são negras? E quantas são mulheres negras? Ao entrar em um banco, concessionárias, restaurantes, escritórios e consultórios, reflita no mesmo e faça o cálculo. Certamente não será simétrico, em alguns casos até pode haver a total ausência destas pessoas nos espaços sociais por conta desse grande desequilíbrio (MAIA, 2022).

## **2.1 Conjuntura atual da mulher negra no Brasil no mercado de trabalho**

Se torna tão injusto a forma que as pessoas tentam compreender e entender o motivo a qual torna essa classe social negra feminina tão afetada para o mercado

de trabalho, mantendo em sua condição historicamente subalternizada. Quais são os motivos que impede a mulher negra de se inserir nesse mercado de trabalho? Tendo estatísticas de escolaridade e diferença de rendimento médio, entre outros. Com base nesse tema, tornou se ainda mais democrático mostrar como ainda temos que evoluir na inserção de mulher negras no mercado de trabalho. Pois, existe esse retrocesso de capacidade suficiente para as inserir no mesmo nível que mulheres brancas. A discriminação tem sido constante no mercado de trabalho. Embora alguns possam dizer que realizar uma pesquisa sobre mercado de trabalho focado especialmente em mulheres negras é segregado, basta olhar quem está na base da hierarquia social. Mulheres negras tem que ter o direito de ocupar uma vaga no mercado de trabalho sem passar pelo crivo da boa aparência.

Não é de hoje que a mulher negra vem carregando marcas e situações de discriminação por conta da sua cor. Com o passar dos anos temos percebido a presença dessa mesma mulher entrando em um ensino superior e até mesmo procurando meios para que possa se tornar uma mulher mais valorizada. Pois, antes elas tinham em mente que deveriam apenas ser reconhecidas em ambientes domésticos fazendo serviços que apenas elas se sentiam suficientes e reconhecidas perante a sociedade (FERNANDES, 2018).

A mulher negra deve ser reconhecida como qualquer outra mulher, pois ela tem o mesmo nível de conduta que uma mulher branca obtém. Sabendoque isso deve ser por motivos de que não são apenas tarefas e conhecimentos específicos que essa mesma mulher negra deve estar associada. E ainda quando se trata de uma mulher negra e periférica é uma combinação praticamente explosiva quando se vive em um país racista, classista e machista. Essas duas condições juntas, automaticamente significam menos chances de desenvolvimento, seja esse desenvolvimento relativo ao mercado de trabalho ou acadêmico.

É assim que essas mulheres se encarregam de 80% das tarefas do lar, (segundo dados do IBGE, 2022), o que restringe sua participação efetiva no mundo do trabalho. Elas sofrem tripla discriminação no mercado de trabalho brasileiro: racial, de classe e de gênero. Embora estejamos vivendo no terceiro milênio, e a luta por transformações nas relações de gênero, de raça-etnia e de classe social tenham atingido avanços significativos no final do século vinte, ainda é preciso lutar para que as modificações se efetivem. O retrato formulado pelas estatísticas ainda é preocupante, revelando através de número a dura realidade da desigualdade no

Brasil (FEIJO, 2022).

Não obstante as lutas feministas para conseguir algumas conquistas por direitos iguais, ainda é persistente no Brasil certa variável a ser considerada no caso das mulheres negras que ainda sofrem de preconceito duplo, por serem mulheres e por serem negras (sexismo e racismo). Considerando que a mulher no Brasil, até a Constituição de 1988, era legalmente cidadã de segunda categoria, ser mulher negra e pobre significava não ter os direitos mínimos de cidadania assegurados juridicamente. As mulheres negras são, em comparação às brancas, alvos de maior violência: agressões físicas, estupros e perseguição policial. Além de serem agredidas fisicamente, elas são agredidas pela violência ideológica que se manifesta na negação da sua identidade (FEIJO, 2022).

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de denominação, como negra e como mulher, se vê, desde modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A herança escravocrata sofre uma continuidade no que diz respeito a mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra, como por terem sido escravos seus antepassados.

Um levantamento baseado nas estatísticas do IBGE, entre os segundo trimestres de 2019 e 2022, mostra que as mulheres negras são as que mais sofrem para entrar no mercado de trabalho. As empresas em si, devem estarem atentas à diversidade não apenas no processo de seleção, mas em outros fatores que são de suma importância para as mulheres negras, que é a evolução da carreira das profissionais negras. De nada adianta a população negra ser a maioria, sendo que ela acaba diante disso se tornando ao mesmo tempo a mais desocupada na integração de espaço no mercado de trabalho e ainda sendo a mais subutilizada ou menos selecionada para esse mercado de indiferenças. Contratar essas mulheres são metas e ações importantíssimas, com consequência disso precisam manter e ser reconhecidas, para que dali em diante sejam acordadas um desenvolvimento dessas profissionais. O ambiente de trabalho se torna um meio que em si perpetua relações

racistas e que de fato torna essas oportunidades menos presentes em sua vida.

Tabela 1 – Cargos de direção e gerência

<b>Cargos de Direção e Gerência</b>	
Mulheres Negras	2,10%
Mulheres Não Negras	4,70%
Homens Negros	2,30%
Homens Não Negros	5,60%

Fonte: IBGE (2022)

Tabela 2 – Taxa de desocupação

<b>Taxa de desocupação</b>	
Mulheres Negras	13,90%
Mulheres Não Negras	8,90%
Homens Negros	8,70%
Homens Não Negros	6,10%

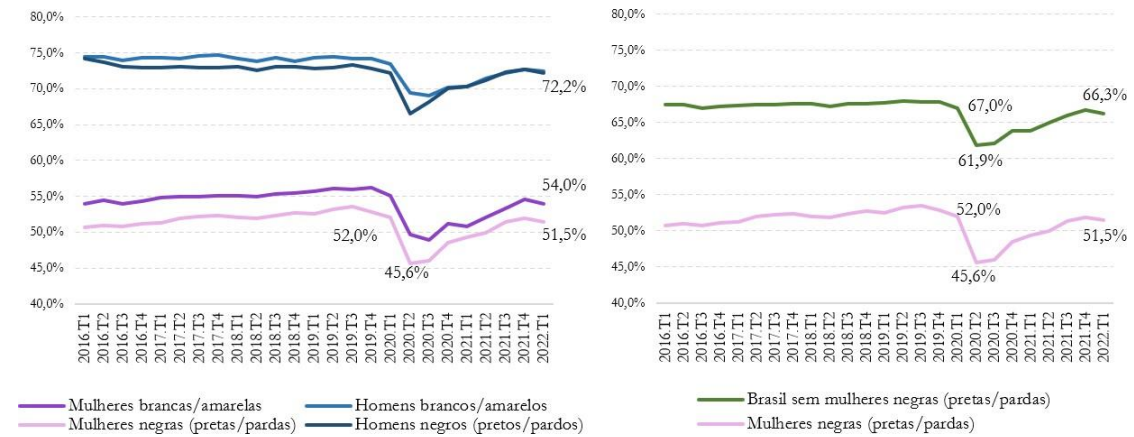
Fonte: IBGE (2022)

Conforme visto na tabela 1, nota-se que a mulher negra obtém apenas 2,10% do espaço ocupado no mercado de trabalho em cargos de direção e gerência, enquanto as mulheres não negras obtém uma porcentagem maior, sendo ela de 4,70% do espaço ocupado. Logo em seguida na tabela 2, trata-se da taxa de desocupação, sendo ela apresentada uma porcentagem de 13,90% para mulheres negras que não estão inseridas no mercado de trabalho, enquanto as mulheres não negras se encontra em nível de vantagem sendo ele apenas 8,90% não estão inserida no mercado de trabalho. Com base nesses dados fica nítido como as mulheres negras não se encontra no mesmo nível de reconhecimento e oportunidades que as mulheres não negras, ou seja, elas não obtém o reconhecimento necessário, não só apenas por ser mulher, mas também por ser negra.

Conforme pode ser visto no gráfico 1, a taxa de participação é obtida pela razão entre a população economicamente e a população em idade para trabalhar. A Mulher negra no mercado de trabalho, nota se o nível de desvantagens associadas as desigualdades de gênero e de raça.



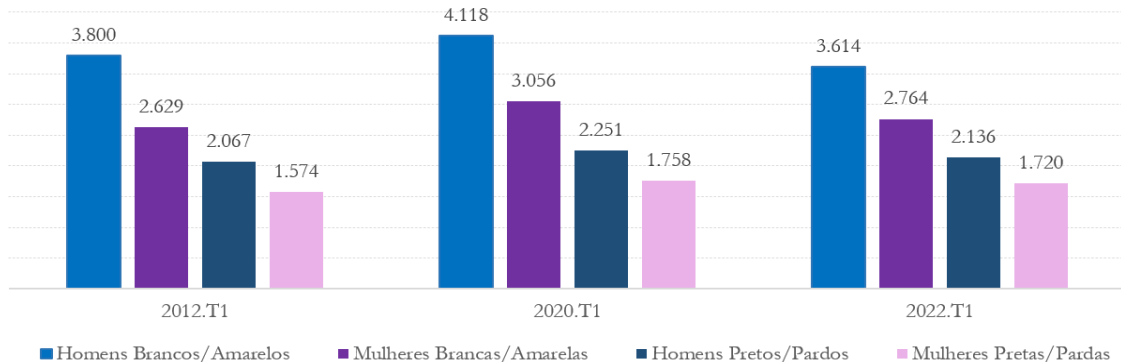
Gráfico 1 – Evolução da taxa de participação por grupos de gênero



Fonte: IBGE (2022)

As mulheres negras apresentam a menor taxa de participação em comparação aos demais grupos demográficos. Entre os anos 2016 e 2019, essa taxa situava-se em torno de 52%, mas no 2º trimestre de 2020 caiu para 45,6%, atingindo seu menor nível desde 2012. Nos trimestres subsequentes a taxa começou a retornar lentamente para o nível pré-pandemia, mas ainda está abaixo do 1º trimestre de 2019. Atualmente, das 48,8 milhões de mulheres negras em idade para trabalhar, apenas um pouco mais da metade (51,5%) está no mercado de trabalho, seja buscando emprego ou ocupada. Conforme visto na figura 1, independente do período analisado, percebe que antes mesmo do período da pandemia essa diferença já se fazia notória. E que sempre o nível de escala onde o desemprego está sendo estabelecido a mulher negra sempre fica em desvantagem.

Gráfico 2 – Rendimento médio por grupos de gênero e raça.



Fonte: IBGE (2022)

Analisando ainda a forma que a mulher negra vem sendo inserida ou encontrando dificuldade para estar no mercado de trabalho, podemos perceber que até mesmo em níveis salariais existentes nesse mercado de trabalho, ela se

estabelece em nível a baixo. Conforme a figura 2, se encontra a evolução que representa o grupo de mulheres negras, em comparação de salários quando são inseridas. E que nos anos de 2012 a 2022 essa diferença sempre foi notória do espaço onde se encontra a mulher negra.

Assim, o Direito do Trabalho atua em dois sentidos. No primeiro, fornece limites para a exploração do capital ao estabelecer garantias mínimas aos trabalhadores. No segundo, disciplina a mão de obra para que ela se adeque e atenda aos interesses capitalistas de produção. Uma vez que as normas trabalhistas são formuladas por uma elite que detém os interesses e propriedade da branca, não há como ignorar que há uma tensão constante para reverter as conquistas obtidas pelos trabalhadores e reforçar as relações de subordinação racial (ALVES, 2017, p. 96).

A construção da cidadania associada ao trabalho atende aos moldes e expectativas do capital, concomitantemente, não distribui sua dívida a todos os trabalhadores. As mulheres negras em trabalhos precários, só teriam reconhecimento depois de muito tempo, vendo ao longo dos anos a extensão de seus direitos sociais e protetivos minimamente, em legislações esparsas e pouco protetivas (ALVES, 2017).

É necessário avanços no recrutamento, seleção, demissão, quanto às desigualdades de tratamento, para quebrar a barreira da invisibilidade da mulher negra no mercado de trabalho. No âmbito acadêmico e profissional esse trabalho possibilita aprofundar o conhecimento sobre a realidade de mulheres negras no mercado de trabalho. Provoca discussão e articulação a um tema que é muito relevante. Esse estudo demonstra relevância social, pois oportuniza reflexão e visibilidade às necessidades dessa população sobre o tema, permitindo que percebamos quais os cargos mais ocupados por mulheres negras no mercado de trabalho.

### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER NEGRA E DESAFIOS

A educação sempre recebeu destaque tanto na atuação da militância negra como nos estudos acadêmicos sobre desigualdades raciais devido a sua inquestionável importância na compreensão e no enfrentamento das desigualdades sociais e raciais no País. Em geral, a educação é considerada e analisada como atributo individual, capital primordial no processo de realização dos indivíduos. No entanto, a compreensão das desigualdades educacionais deve tratar a educação não somente dessa perspectiva, mas também como um processo de aquisição que agrega as políticas educacionais e as características institucionais no seu modelo analítico.

O estudo sobre as desigualdades sociais abarca necessariamente a compreensão do processo de estratificação social e seus mecanismos de produção e reprodução. Assim, as dimensões de raça e gênero se configuram como marcadores sociais chave na hierarquização das posições que os sujeitos ocupam nessa estratificação. É nesse sentido que as desvantagens historicamente observadas penetram a estrutura de classes de modo a atualizar discriminações e manter "segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas" (GONZALEZ, 1988, p. 730).

A vulnerabilidade da condição social da mulher negra (aqui observada como um meio de indicadores que demonstram posições desvantajosas de acesso a direitos sociais fundamentais, os quais frequentemente expõe a parcela da população feminina e negra a trabalhos com baixo prestígio social) eleva ao período escravista e também ao processo de substituição da força de trabalho escravizada pela assalariada. Com isso, a formação social, política e econômica do Brasil se fundamentou em um desenvolver excludente de urgência de uma sociedade que tem classes baseadas em valores patriarcais e racistas, que conduziram princípios para formulação das normas e leis (GONZALEZ, 1988).

As políticas públicas e seus desdobramentos sobre a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro são aqui analisadas considerando a historicidade dessas representações reinventadas e atualizadas à medida que as transformações ocorrem nas bases técnicas da produção e na forma de organizar o trabalho. Abramo (2010) revela que a noção de trabalho feminino como força de trabalho secundária, persistente no imaginário dos formuladores de políticas públicas, é sustentada pela ideia de uma família nuclear na qual o homem cumpriria o papel

central de provedor e a mulher atuaria como mera cuidadora. Contudo, essa premissa contradiz os dados empíricos que contestam a hegemonia deste modelo, como veremos a seguir.

Se de um lado, o percurso histórico acerca da participação da força de trabalho feminina indica, segundo Abramo (2010), que está predominava nos primórdios do século XX na América Latina e formava a maior parte do contingente de trabalhadores no segmento industrial; de outro, ressalte-se que as mulheres negras no Brasil estiveram, desde o pós-abolição, ocupadas predominantemente em atividades ligadas à esfera reprodutiva, como no trabalho doméstico, ou em ocupações informais; embora tenha existido entre os anos de 1920 e 1940 um apelo do discurso dominante pela volta ao lar, numa tentativa de “construção da domesticidade feminina como parte do processo de domesticação da classe trabalhadora” (id. ib., p. 18). Esse retorno foi restrito a frações de grupos familiares que tiveram condições mínimas de subsistência para poder prescindir do trabalho assalariado da mulher. A partir dos anos de 1970, a ampliação da atuação das mulheres no “trabalho remunerado exercido fora do âmbito doméstico” (id. ib., p. 18), promove a retomada do debate sobre o conflito entre trabalho e vida familiar presente desde a formação do mercado de trabalho assalariado no Brasil.

### **3.1 Políticas públicas negro-femininas e mercado de trabalho**

Constitucionalmente, todas as pessoas têm os mesmos direitos e deveres. Porém, há uma incessante tentativa de equiparar – com equidade – as diferenças estruturais apresentadas historicamente pela população negra, como, por exemplo, a política de cotas. Vale a ressalva que mesmo com a política de cotas, boa parte dessa população ainda permanece excluída do ensino superior e dos postos de trabalho com melhor remuneração salarial. Os movimentos sociais são importantes na luta para conquistar direitos. Foi assim que os movimentos feministas atingiram dimensões de destaque e influenciaram as instâncias de poder para garantir políticas públicas para as mulheres. No entanto, de acordo com Carneiro (2003), se faz necessário enegrecer o feminismo para politizá-lo e possibilitar a transformação das mulheres negras em novos sujeitos políticos, uma vez que existem “demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher

neste caso” (id. ib., p. 119). A defesa feminista reconhece que há demandas específicas em relação às negras. Porém, existem mais obstáculos persistentes para a realização da igualdade de gênero e raça, simultaneamente.

Ribeiro (2016) afirma que é crucial repensar a importância do feminismo negro dentro dos debates políticos, pois as formas de opressão estão sempre em movimento, se entrecruzando. Por isso, é importante oportunizar a estas mulheres outras possibilidades de existência. Nesse aspecto, o “arcabouço teórico-crítico trazido pelo feminismo negro serve como instrumento para se pensar não apenas sobre as próprias mulheres negras, categoria também diversa, mas também sobre o modelo de sociedade que queremos” (id. ib., p 100). Uma sociedade que se pauta na equidade, mediada por políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades.

Em termos de movimento negro e de movimento de mulheres se fala muito em ser o sujeito da própria história; vamos ser os sujeitos do nosso próprio discurso. O resto vem por acréscimo. Não é fácil, só na prática é que vai se percebendo e construindo a identidade, porque o que está colocado em questão também é justamente de uma identidade a ser construída, reconstruída, desconstruída, num processo dialético realmente muito rico (LÉLIA GONZALEZ, 1994, p. 02).

Os estudos de Silva (2005) vão resgatar as primeiras reflexões sobre a especificidade das mulheres negras a partir do olhar das escritoras negras entre 1945 e 1964, dando luz ao protagonismo do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. A autora faz a análise das ações políticas de Maria de Lurdes Nascimento, Nair Theodoro de Araújo e Antonieta de Barros, que já naquela época escreviam sobre a interseção de raça e gênero; realizando, assim, uma epistemologia feminista negra ampliou as fronteiras do aspecto racial, para situar as mulheres negras em diferentes zonas de confluências de opressão, como as moradoras das áreas territoriais discriminadas.

É necessário defender as pautas de direitos fundamentadas em políticas públicas para romper o silêncio e dar visibilidade às lutas e conquistas que transformam o pensamento que legitimou a herança da inferiorização dos povos afrodescendentes em detrimento dos valores da cultura ocidental. A expressão desse olhar crítico sobre a discriminação das populações afrodescendentes, por meio da literatura, produziu conteúdos reflexivos que transformam o sofrimento causado a tantas gerações. Essa transformação na maneira de pensar e de agir deveria ser não

somente necessária, como também desejável pela sociedade como expressão de uma centelha de esperança para os tempos que comportam tantos desafios na esfera de domínio dos direitos e da equidade.

### 3.2 Desafios

A narrativa sobre as desigualdades sociais neste país marca uma premissa de dominação de povos desde a colonização. Na literatura há um vasto material sobre as formas de repressão a que as pessoas negras eram submetidas no período escravista. No entanto, há menos material sobre as condições das negras escravizadas, em especial, sobre a sua sociabilidade. Dentre alguns autores que abordam esse tema, pode-se citar Ribeiro (2017), Almeida (2016), Hernández (2017), Abramo (2016) e Carneiro (2003). De acordo com Paixão e Gomes (2008), no período escravista eram as negras quem transmitiam oralmente os valores e tradições dos povos africanos após a imigração forçada para o Brasil, em uma tentativa de manter às gerações a cultura da ancestralidade. Significa que elas representavam a voz da resistência negra em meio à imposição da cultura europeia religiosa e de submissão. Há relato de um piloto de navegação no século XVI sobre a necessidade de separar os gêneros nos navios negreiros porque as mulheres, com frequência, instigavam os homens a se rebelarem contra a tripulação. Além do mais, “tentaram impedir que seus filhos e esposos fossem vendidos separadamente, recusaram-se a trabalhar e até ameaçavam seus senhores com suicídio e infanticídio de seus filhos” (PAIXÃO e GOMES, 2008, p. 950-951).

Neste contexto hostil de trabalho e de violência por parte dos senhores, as mulheres pretas foram responsáveis pela criação de ambientes para estimular a autoestima, como também usavam a sua destreza para obter informações a respeito de venda e transferência indesejadas e de facilitar fugas de pessoas escravizadas (PAIXÃO e GOMES, 2008). No entanto, não se pretende com isso romantizar a conduta das mulheres negras, mas ressignificar a retórica da narrativa sobre o processo escravocrata dentro de uma visão determinista de submissão e passividade. É preciso salientar a força dessas mulheres para resistir e organizar suas vidas e de suas famílias, afinal, como retrata Miranda (2019, p. 86), “às mulheres negras, fossem libertas, livres ou escravizadas, não era dado o direito de serem ‘frágeis’, principalmente por estarem profundamente enraizadas ao mundo do trabalho”. As

mulheres negras sempre estiveram em desvantagem quando o assunto se refere ao mundo do trabalho. No Brasil, a maioria das mulheres negras sempre trabalharam em atividades informais e em condições precárias. Ou seja, a literatura ofertou ciência da discriminação quanto às condições de trabalho das mulheres negras, cujo salário fica abaixo do corte das demais categorias.

Lembrando que, no Brasil, a Consolidação da Leis do Trabalho (CLT) constituída em 1946 foi um avanço em matéria de direitos no mundo do trabalho, especialmente, porque garantiu a segurança aos trabalhadores. Da mesma forma, a Constituição Federal de 1988 possibilitou a garantia de outros tantos direitos sociais. Apesar das conquistas com os aparatos legalistas de direitos para todas as pessoas brasileiras, nas últimas décadas, por conta da produtividade esperada pelas empresas, pressionadas pela reestruturação do modelo toyotista, há uma tendência de contratarem, preferencialmente, mulheres trabalhadoras que não tenham em seus planos a gravidez. Isso porque o nascimento de filhos poderia trazer algum contratempo para a empresa com a dispensa do trabalho diante da licença maternidade e cuidados com o rebento. Neste sentido, empresas mudaram o perfil de contratação de trabalhadoras, preferindo aquelas que estão fora da fase reprodutiva, em favorecimento à sua dedicação ao trabalho.

Estudos realizados por Bruschini e Puppini (2004) sinalizavam que a média de idade das trabalhadoras havia subido, habitualmente casadas e com filhos, ou seja, com a família constituída. Isso significa uma sobrecarga doméstica e familiar para estas mulheres. No entanto, se nesta esfera de competitividade produtivista permite-se que se avizinhem as dificuldades de adentrar no campo do trabalho por ser mulher, como se situam os direitos das mulheres negras no âmbito da empregabilidade? Ao que parece, há uma distância que separa negras e brancas em relação à posição ocupacional.

A presença da mulher negra em cargos elevados implicaria na evidência da possibilidade da existência de pessoas pretas com capacidade de liderança no mundo empresarial, dos negócios e da economia. Essa possibilidade traria deméritos à empresa. De forma didática, no mundo do trabalho os desafios dobram quando se trata de uma mulher, dobram quando se trata de mulher negra, dobram quando se é mulher negra e se exerce as responsabilidades de mãe. Nesta esfera social, a opressão tem um caráter cumulativo, explícito nas relações de trabalho. Portanto, a desigualdade de oportunidades em favor do branqueamento nos altos cargos nas

empresas pode estar ancorada no racismo estrutural, uma vez que a naturalização do discurso meritocrático demonstrou a capacidade de silenciar a voz do pensamento crítico no mundo do trabalho (GOMES, 2018).



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem sido muito preocupante a situação a qual as mulheres negras têm enfrentado para se inserir e permanecer no mercado de trabalho. Esse quadro aos poucos vem tornando essa proporção menos injusta, mas vale lembrar que ainda tem muito o que percorrer para atingir o seu real posicionamento perante a sociedade nesse mercado de indiferenças. Quando se tem um olhar mais prestativo para as questões relacionados a raça e gênero, fica notório essa desigualdade inserida no mercado de trabalho. Com base nessas diferenças a mulher negra fica em um grupo de maior número de pessoas sem carteira assinada e recebendo menores salários. Muito se fala que no Brasil não há racismo, mas se pararmos para pensar, quantas mulheres negras estão trabalhando em atividades que obtém um maior retorno financeiro? Quase não se vê.

Quando essa mesma mulher, sendo negra vai à procura de uma vaga de emprego, automaticamente por muitas vezes se torna julgada pela cor de sua pele, e não só por isso, seu cabelo e entre vários outros requisitos físicos, imposto como padrão, a qual a torna a mulher negra menos atribuída para esse mercado. Dentro das empresas elas são a minoria e são poucas que conseguem alcançar aos cargos de liderança. São batalhas constantes que as mulheres negras têm que enfrentar, e ela deve ser combatida por todos, não somente pelo o segmento negro. Muitas vezes as pessoas fenotipicamente brancas trazem e transmitem discursos que não são racistas, mas não basta apenas fazer discursos deve ter um posicionamento e uma atitude contra toda essas formas de discriminação, ainda assim presente no mercado de trabalho.

Cargos de chefias, postos de trabalhos com melhor remuneração, cargos políticos ou até mesmo altos escalões do governo, são aspectos que vêm sendo um tabu para encontrar essas mulheres negras ocupando esse ofício. A forma a qual daria continuidade a essa pesquisa na temática seria obtendo um olhar mais específico quando se trata de enquadrar essas mulheres negras em um cargo de chefia mais significativa, sendo ele em um banco, em uma empresa de grande porte ou até mesmo em meios de comunicação, como TV, entre outros. Nesse aspecto seria de suma importância compreender que as mulheres negras têm a mesma capacidade profissional em ocupar o mesmo espaço e ter o mesmo reconhecimento profissional que as mulheres brancas obtém na sociedade e no campo profissional.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento,
- ALVES, Adeildo Vila Nova E. Edjan; SANTOS, Dos. **Mulheres Negras: histórias de resistência, de coragem, de superação e sua difícil trajetória de vida na sociedade brasileira.** Santa Catarina: Clube de Autores, 2021.
- ALVES, Raissa Roussenq. **Entre o silêncio e a negação: uma análise da CPI do trabalho escravo sob a ótica do trabalho** —livrell da população negra. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24473/1/2017\\_RaissaRoussenqAlves.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24473/1/2017_RaissaRoussenqAlves.pdf). Acesso em: 15 dez. 2022.
- BARBOSA, Marina Ortolani; FRANCISCO, Nicole Dinardi; FORMAGGIO, Filomena Maria. A inclusão da mulher negra no mercado de trabalho no Brasil. **Bioenergia em Revista: Diálogos**, Piracicaba, v. 12, n. 1, p. 107-131, 2022. Disponível em: <http://fatecpiracicaba.edu.br/revista/index.php/bioenergiaemrevista/article/view/467/373829>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- BOTELHO, Ben Hur Figueiredo; DA COSTA, Marli M. Moraes. MULHER E NEGRA: DUPLA VULNERABILIDADE PARA O MERCADO DE TRABALHO? **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, Santo Ângelo v. 22, n. 42, p. 183-197, 2022. Disponível em: <https://san.uri.br/revistas/index.php/direitoejustica/article/view/621/381>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- BOTELHO, Maurílio Lima. Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a **violência da identificação cultural na América Latina**, Maracanã Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 34, p.195-230, jul/dez de 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/12274/9533>. Acesso em: 23 nov. 2022.
- DA PENHA SILVA, Maria. Mulheres negras: sua participação histórica na sociedade escravista. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v. 1, p. 1-8, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/12/MULHERES-NEGRAS-SUA-PARTICIPA%C3%87%C3%83O-HIST%C3%93RICA-NA-SOCIEDADE-ESCRAVISTA.pdf>.
- SOUZA, Suély Gleide Pereira de. **Quilombo Boa Vista dos Negros: cultura, escola e cidadania.** 2017. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Instituto de Educação, Universidade do Minho, Minho, 2017. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/79a95f070fcf8a8c12a65c290680bceb/1?pg-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- SILVA, André Luiz Reis da. Os Estados africanos nos séculos XVI-XVIII: desenvolvimento desigual na África Ocidental. Macedo, José Rivair.(Org.)

**Desvendando a história da África.** Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 97-110, 2008.  
Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/251657/000719101.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 nov. 2022.

DAUFEMBACK, Valdete; HASSELMANN, Gabriel. Desafios da mulher preta no mundo do trabalho: uma reflexão necessária. **Redes-Revista Interdisciplinar do IELUSC**, [S. l.], n. 4, p. 89-100, 2021. Disponível em:

<http://revistaredes.ielusc.br/index.php/revistaredes/article/view/124/91>. Acesso em: 28 dez. 2022.

FERNANDES, Nathaly Cristina; DA NATIVIDADE, Carolina dos Santos Jesuino. O lugar da mulher negra no mercado de trabalho. **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, Londrina, v. 5, n. 1, p.1323-1332, 2018. Disponível em:

<http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1242/1006>. Acesso em: 25 out. 2022.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava:** uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes. 1988.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], n. 23, maio/jun./jul./ago., 2003, p. 75-85. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XknwKJnzZVFpFWG6MTDJbxc/abstract/?lang=pt>  
Acesso em: 15 out. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

IMAGENS disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho> , acesso em: 04set2022

LUZ, Marco Aurélio. **Do tronco ao opa exin:** memória e dinâmica da tradição africana brasileira. Salvador, BA: SECNEB, 1993.

MAIA, André Luiz. **Dia da mulher negra:** história oficial invisibiliza figuras negras importantes para o Brasil. João Pessoa: TRT, 2022. Disponível em:

<https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/dia-da-mulher-negra-historia-oficial-invisibiliza-figuras-negras-importantes-para-o-brasil>. Acesso em: 12 nov.2022.

MENEGHEL, Stela Nazareth; FARINA, Olga; RAMÃO, Silvia Regina. Histórias de resistência de mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, v. 13, p. 567-583, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/fRLwRmYspJLdYtxhG7FbBcd/?lang=pt&format=html>  
Acesso em: 10 out. 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 259-263, 2019. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6579443/mod\\_resource/content/1/11.%20A%20mulher%20negra%20no%20mercado%20de%20trabalho.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6579443/mod_resource/content/1/11.%20A%20mulher%20negra%20no%20mercado%20de%20trabalho.pdf) Acesso em: 20

nov. 2022.

HISTÓRIA do movimento negro no Brasil e mundo. Sagrado - Rede de educação.

[S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (7 min). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=qe8mPRKhphQ>. Acesso em: 23 nov. 2022.

SANTOS, Helio. **A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso**.

[S. l.], Senac, 2018.

SANTOS, Natália Oliveira. **Desigualdade racial: a discriminação da mulher negra no mercado de trabalho**. 2019. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/13756/1/21501950.pdf>. Acesso

em: 15 nov. 2022.

IBGE. **Brasil: a inserção da mulher negra no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/infografico/2022/populacaoNegra2022.pdf> Acesso em: 14 jan. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: atlas, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

2018.

Acesso em: 02 nov. 2022.

## **ANEXO A - DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Neste documento, declaro que este trabalho é de minha autoria e o uso de todas as fontes escritas e de material de qualquer natureza utilizado na produção deste documento foi devidamente e apropriadamente reconhecido. Também declaro aqui ter conhecimento do teor da Lei nº 9.610/98, que versa sobre plágio de trabalho intelectual de qualquer natureza e que tenho consciência das consequências desta lei no âmbito civil e criminal.

---

Elson Carlos Batista Sorata